



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90008/2026

CONTRATANTE: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

UASG: 090004

OBJETO: Contratação de **serviços de acesso à Internet dedicada por fibra óptica**, com **banda garantida e simétrica**, nas velocidades de **1 Gbps (um gigabit por segundo)** e **500 Mbps (quinhentos megabits por segundo)**, destinados a atender às necessidades de conectividade da **Justiça Federal do Maranhão(JFMA) e de suas Subseções Judiciárias**, pelo prazo inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, admitidas prorrogações sucessivas, nos termos da legislação aplicável, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/05/2026, às 10:30h (horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI Nº 0005636-40.2025.4.01.8007

Torna-se público que a Seção Judiciária do Maranhão, por meio da Seção de Compras e Contratos, sediada no Anexo II da Seção Judiciária do Maranhão, localizada na Avenida Senador Vitorino Freire, nº 300, bairro Areinha, São Luís/MA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de contratação de **serviços de acesso à Internet dedicada por fibra óptica**, com **banda garantida e simétrica**, nas velocidades de **1 Gbps (um gigabit por segundo)** e **500 Mbps (quinhentos megabits por segundo)**, destinados a atender às necessidades de conectividade da **Justiça Federal do Maranhão(JFMA) e de suas Subseções Judiciárias**, pelo prazo inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, admitidas prorrogações sucessivas, nos termos da legislação aplicável, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa

a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13 Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas, nos termos do art. 15 da Lei 14.333/2021:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Preço, por item, mensal e global para 24 (vinte e quatro) meses dos serviços em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta sendo no mínimo aceitável de 90 (noventa) dias. Em caso de omissão, será considerada válida por 90 (noventa) dias.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, declaração formal atestando a inexistência de dependência técnica, física ou operacional, inclusive de última milha, em relação às infraestruturas das empresas que atualmente prestam serviços de acesso à Internet ou conectividade de mesma natureza à JFMA, em atendimento ao requisito de independência da infraestrutura redundante previsto neste Termo de Referência e no Anexo I (Especificação

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **menor valor global** por **item** para o período de 24 meses.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *R\$0,01 (um centavo)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

5.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances)

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas brasileiras;

5.20.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20.2.4. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei 14133/2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, conforme previsão na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024 que alterou a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione

no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10 a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

VISTORIA

7.10. A participação na licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante deste Termo de Referência, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo.

7.11. As empresas interessadas poderão vistoriar os locais onde serão instalados os equipamentos para a prestação dos serviços, com o objetivo de verificar as condições e o grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário (segunda a sexta, das 08hs às 17hs) com a área demandante:

7.11.1. Núcleo de Tecnologia da Informação - NUTEC-MA, Seção Judiciária do Maranhão: nutec.ma@trf1.jus.br, (98) 3214-5748;

7.12. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

7.13. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

7.14. Em caso de não realização de vistoria:

7.14.1. A licitante que opte por não realizar vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.14.2. A não realização da vistoria não poderá ser alegada para embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da

prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

HABILITAÇÃO

7.16. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.17. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.18. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.19. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.20. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.20.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 04 (quatro) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.20.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.21. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.21.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.21.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.22. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.22.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.22.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.22.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.22.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.22.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.22.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.22.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.22.8. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.22.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.22.10. A empresa deverá possuir autorização da ANATEL para prestar o serviço objeto desta contratação.

7.22.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.22.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), compatível com o objeto da contratação de serviços de acesso à Internet dedicada.

7.22.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.22.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

7.22.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.22.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital, conforme a natureza da atividade exercida, relativa ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.22.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital, conforme o caso, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

7.22.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais, distritais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela Fazenda competente do seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da legislação aplicável.

7.22.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual (MEI) que pretenda usufruir dos benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando aplicável.

Qualificação Econômico-Financeira

7.22.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.22.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.22.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço

patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais

7.22.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.22.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.22.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

7.22.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

7.22.27. Um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa que comprove:

7.22.28. Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a prestação de serviço compatível com o objeto licitado, limitado(s) a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da capacidade de cada item, admitida a soma de atestados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.22.28.1. Para o item com velocidade de 1 Gbps, será aceito atestado de, no mínimo, 500 Mbps.

7.22.28.2. Para os itens com velocidade de 500 Mbps, será aceito atestado de, no mínimo, 250 Mbps.

7.22.28. A licitante deverá, caso seja solicitado, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local onde foram fornecidos os equipamentos e prestados os serviços.

7.22.29. A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica se justifica por refletir os critérios técnicos preponderantes e de maior relevância, uma vez que a eventual incapacidade técnica operacional do fornecedor, poderá gerar impactos negativos na obtenção dos benefícios esperados e no atendimento aos requisitos de negócio. Deste modo, a exigência possibilita a avaliação da capacidade técnica operacional das licitantes, quanto ao fornecimento, instalação e configuração dos itens.

7.22.29. Por todo o exposto, a exigência está alinhada com a Súmula nº 263/2011 do TCU, por se tratar de comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, limitada às parcelas de maior relevância e não superior a 50% do objeto pretendido;

7.22.30. Somente serão aceitos atestados e cópias de contratos expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

7.22.31. Termo de Autorização ou Concessão, comprovando que a licitante é concessionária ou autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia.

7.22.32. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, declaração formal atestando a inexistência de dependência técnica, física ou operacional, inclusive de última milha, em relação às infraestruturas das empresas que atualmente prestam serviços de acesso à Internet ou conectividade de mesma natureza à JFMA, em atendimento ao requisito de independência da infraestrutura redundante previsto neste Termo de Referência e no Anexo I (Especificação Técnica).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação

de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, mediante requerimento endereçado ao pregoeiro.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em

especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 05 dias úteis), a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação,

apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico pregao.ma@trf1.jus.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) lote(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições

propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/01/2026.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1 Durante a vigência da ata de registro de preços, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. Os prazos poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.5.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjma/>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Especificações Técnicas;

15.11.1.2 Apêndice do Anexo I – Níveis Mínimos de Serviço.

15.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Existência de Fatos Impeditivos da Habilitação (exigida somente em caso positivo);

15.11.3. ANEXO III – Modelo Declaração Negativa referente ao artigo 3º da resolução nº 07/2005 – cnj e ao inciso XXXIII do artigo 7º - cf;

15.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

15.11.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato;

15.11.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de Não Vistoria.

Célia Silva Faria
Diretora da Seção Administrativa
Seção Judiciária do Maranhão

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de **serviços de acesso à Internet dedicada por fibra óptica, com banda garantida e simétrica**, nas velocidades de **1 Gbps (um gigabit por segundo) e 500 Mbps (quinhentos megabits por segundo)**, destinados a atender às necessidades de conectividade da **Justiça Federal do Maranhão(JFMA) e de suas Subseções Judiciárias**, pelo prazo inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, admitidas prorrogações sucessivas, nos termos da legislação aplicável, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste documento.

1.2. Os itens licitados destinam-se à composição de infraestrutura redundante de acesso à Internet, visando garantir maior disponibilidade e resiliência dos serviços de conectividade das unidades da JFMA.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. DA MOTIVAÇÃO

2.1.1. A Justiça Federal da 1ª Região, por intermédio da Seção Judiciária do Maranhão e de suas Subseções Judiciárias, tem ampliado de forma contínua a utilização de serviços digitais, sistemas corporativos e ferramentas de comunicação baseadas na Internet, o que eleva de maneira significativa a dependência de conectividade externa estável, segura e com desempenho previsível.

2.1.2. A infraestrutura tecnológica da JFMA atende magistrados, servidores, colaboradores e usuários externos, demandando acesso permanente a sistemas processuais, administrativos e serviços eletrônicos, cuja indisponibilidade ou degradação impacta diretamente a prestação jurisdicional.

2.1.3. A consolidação de audiências virtuais, sessões de julgamento por videoconferência, reuniões institucionais on-line e transmissões de eventos institucionais ampliou o consumo de banda e tornou imprescindível a contratação de enlaces de Internet com alta vazão, baixa latência e disponibilidade compatível com ambientes críticos.

2.1.4. A adoção do teletrabalho e de modelos digitais de prestação jurisdicional, ampliou o acesso remoto a sistemas antes restritos à rede interna, aumentando a carga sobre os links de Internet e exigindo maior robustez da infraestrutura de conectividade.

2.1.5. O acesso à Internet configura serviço essencial para viabilizar a troca célere de informações, a prestação de serviços judiciais à sociedade e a disponibilização de serviços digitais ao cidadão, sendo indispensável à continuidade das atividades finalísticas da JFMA.

2.1.6. A necessidade de atendimento adequado às Subseções Judiciárias localizadas no interior do Estado reforça a demanda por links de Internet dedicados com desempenho

consistente, reduzindo assimetrias de conectividade e melhorando as condições de trabalho nessas unidades.

2.1.7. Diante da elevada dependência dos serviços de conectividade, a utilização de arquitetura de rede baseada em SD-WAN mostra-se fundamental para o gerenciamento eficiente dos enlaces, permitindo roteamento dinâmico, balanceamento de tráfego e maior resiliência operacional.

2.1.8. Nesse contexto, a contratação de serviços de acesso à Internet dedicada, com diferentes capacidades de banda e infraestrutura segregada, é necessária para compor ambiente redundante, mitigar riscos de indisponibilidade e assegurar níveis adequados de desempenho.

2.1.9. A contratação considera a necessidade de que os serviços de acesso à Internet dedicada sejam plenamente compatíveis com arquitetura de rede baseada em SD-WAN, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar, permitindo balanceamento dinâmico de tráfego, failover automático entre enlaces e mitigação de falhas de conectividade.

2.2. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS

2.2.1. Garantia da continuidade dos serviços jurisdicionais e administrativos.

2.2.2. Melhoria da disponibilidade e estabilidade dos acessos à Internet.

2.2.3. Atendimento aos níveis mínimos de serviço necessários às atividades institucionais.

2.2.4. Integração eficiente com a arquitetura de rede baseada em SD-WAN.

2.2.5. Melhoria do desempenho da rede e da experiência dos usuários.

2.2.6. Maior resiliência e mitigação de riscos de indisponibilidade simultânea.

2.2.7. Melhor controle e gerenciamento dos enlaces de dados.

2.2.8. Otimização da utilização dos recursos públicos.

2.3. CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE

2.3.1. A presente contratação está alinhada ao planejamento de TIC vigente no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, atendendo à necessidade de fortalecimento da infraestrutura de conectividade e suporte às atividades digitais do órgão.

2.3.2. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a Resolução CNJ nº 468/2022 e com o Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário, observando as diretrizes aplicáveis ao planejamento e à gestão das contratações de soluções de TIC.

2.4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

2.4.1. O alinhamento estratégico da presente contratação encontra-se devidamente estabelecido e pormenorizado no item “3. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO” do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamenta este Termo de Referência, ao qual este instrumento se vincula para fins de coerência, rastreabilidade e conformidade com o planejamento institucional de TIC.

2.5. REFERÊNCIA A ESTUDOS PRELIMINARES

2.5.1. A presente contratação está integralmente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que subsidia este Termo de Referência, no qual se encontram detalhadas a descrição da necessidade, o alinhamento com os instrumentos de planejamento, a estimativa da demanda, a análise de soluções, a avaliação de riscos e a estimativa de preços, servindo o referido ETP como base técnica, econômica e operacional para a definição do objeto e das condições aqui estabelecidas.

3. BASE LEGAL E ENQUADRAMENTO DO OBJETO

3.1. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

3.1.1. Recomenda-se que esta licitação seja efetuada nos moldes de Pregão Eletrônico conforme disposto nos incisos XIII e XLI do art. 6 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, visto se tratar de contratação de bens e serviços comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.2. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.2.1. Será adotado o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

3.3. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

3.3.1. A adjudicação será realizada por item, considerando que cada item licitado corresponde a um enlace de acesso à Internet dedicada, com características técnicas, capacidade de banda e localidade próprias, conforme definido neste Termo de Referência.

3.3.2. Cada item poderá ser adjudicado de forma independente, não havendo exigência de fornecimento conjunto por um mesmo licitante, de modo a ampliar a competitividade do certame e possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para cada enlace contratado.

3.3.3. A adjudicação por item permite maior flexibilidade na contratação, possibilita a adequação da capacidade de banda às necessidades específicas de cada unidade e contribui para a mitigação de riscos operacionais, em observância aos princípios do planejamento, da economicidade, da competitividade e da gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.3.4. A adjudicação por item não compromete a integração lógica dos enlaces na arquitetura de rede do CONTRATANTE, uma vez que a solução de SD-WAN permite a orquestração centralizada, o balanceamento de tráfego e a aplicação de políticas de roteamento independentes do fornecedor do enlace.

3.4. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

3.4.1. O objeto da contratação abrange exclusivamente a prestação de serviços de acesso à Internet dedicada, caracterizados como serviços contínuos, por serem essenciais ao funcionamento das atividades jurisdicionais e administrativas da JFMA.

3.4.2. A contratação poderá ocorrer de forma parcelada por item, conforme as necessidades operacionais do órgão, a disponibilidade orçamentária e a capacidade da equipe técnica da JFMA para acompanhar a execução contratual, sem prejuízo da continuidade dos serviços e da observância às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.4.3. Eventuais equipamentos necessários à prestação dos serviços poderão ser disponibilizados pela CONTRATADA em regime de comodato, quando aplicável, exclusivamente para viabilizar a execução do objeto, sem caracterizar aquisição de bens pelo CONTRATANTE.

3.5. DO REGISTRO DE PREÇO

3.5.1. O art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, que disciplina as hipóteses especiais para a utilização do Sistema de Registro de Preços - SRP pela Administração Pública, estabelece que:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.5.2. Considerando que os bens e serviços que compõem o objeto deste Termo de Referência poderão ser contratados de forma parcelada, é pertinente a utilização, pela Administração, do Sistema de Registro de Preços - SRP, nos termos do art. 3º, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023.

3.5.2.1. O SRP será operacionalizado por item, em consonância com o critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM e com a adjudicação por item previstos

neste Termo de Referência, permitindo contratações/acionamentos escalonados conforme disponibilidade orçamentária, capacidade de acompanhamento da JFMA e necessidades de adequação de infraestrutura para recebimento e ativação dos enlaces.

3.5.3. Diante da limitação de recursos humanos e quantidade de atividades da Seção de Pregão (SEPRE-MA), Seção de Compras (SECOM-MA) e do Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial (NUCAF-MA), será limitada a participação na Intenção de Registro de Preço (IRP) a 02 (dois) órgãos, nos termos do art. 7, inc. I do Decreto 11462/2023.

3.5.3.1. Serão escolhidos os dois órgãos que manifestarem maior quantitativo, pois isso poderá impactar positivamente nos preços ofertados na licitação. Havendo empate, deverá ser dada preferência ao órgão que se manifestar primeiro.

3.5.3.2. É permitida a adesão à Ata de Registro de Preços somente por órgãos da Justiça Federal, na condição de órgãos não participantes, observados os requisitos e limites da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e do art. 30 da Resolução CJF nº 842, de 03 de outubro de 2023.

3.6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

3.6.1. Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei n. 8.248, 23 de outubro de 1991, regulamentada pelo art. 5º do Decreto n. 7.174, de 12 de maio de 2010, observando-se a seguinte ordem:

3.6.1.1. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

3.6.1.2 Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país.

3.6.1.3. Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

3.6.2. Para efeito de padronização dos equipamentos e diminuição dos custos de administração contratual, como justificado no Item 3.3.1, não será alocada reserva de cota para ME/EPP.

3.6.2.1. Não será atendido o contido no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 c/c o art. 23, § 1º, deixando de ser estabelecida subcontratação compulsória para entidades preferenciais (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais), com base art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, pois tratam-se de prestação de serviços e fornecimento de equipamentos que sustentam processos de trabalho de alta criticidade da área fim, podendo resultar em prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado. Sendo assim, a disputa será aberta à ampla participação, com respaldo no que dispõe o art. 49, III, do Estatuto da ME/EPP. Em face disso, aplica-se somente a preferência a micros e pequenas empresas no caso de ocorrência de empate ficto, nos termos do que dispõem os arts. 44 e 45 do aludido diploma.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Será assegurada a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei 14.133/2021.

4.2. Será admitida a participação de profissionais sob a forma de cooperativa, de acordo com o previsto no art. 16 da Lei 14.133/2021.

5. ITENS E QUANTIDADES

5.1. Os serviços de acesso à Internet dedicada, deverão ser implantados e prestados nas unidades da Justiça Federal no Maranhão – JFMA, observados os quantitativos e os endereços definidos no Subitem 11.2 deste Termo de Referência.

5.2. O período de 24 (vinte e quatro) meses para a contratação da solução ampara-se:

5.2.1. Na nova lei de licitações e contratos (Lei n. 14.133/21), no art. 106, prevê a possibilidade de firmar contratos de até 60 (sessenta) meses nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, caso do objeto deste Termo, observando as diretrizes expostas na legislação.

5.2.2. No Acórdão nº132/2008 do TCU (Segunda Câmara), "**a característica principal de um serviço contínuo é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional**". (grifamos).

5.2.3. O período de vigência contratual ampliado contribui para que a contratação em tela possa ser considerada mais atrativa pelo mercado por meio de uma maior diluição dos custos com depreciação e manutenção dos equipamentos, o que pode, inclusive, ter impactos sobre o preço final proposto pela licitante vencedora do certame, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade.

5.3. Segue abaixo, tabela contendo os quantitativos a serem adquiridos:

ITEM	Descrição	CATSER	Unidade	Quantidade	Prazo (meses)	Velocidade (Mbps)	Preço estimado unitário (R\$/mês)	Preço estimado Total p/ 24 meses (R\$)
01	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 1 Gbps (gigabit por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Seção Judiciária do Maranhão - Sede (São Luís)	26484	Mensal	01	24	1000	3.250,00	78.000,00
02	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Seção Judiciária do Maranhão - Anexo IV (São	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00

03	Luís)							
	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Bacabal	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
04	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Balsas	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
05	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Caxias	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00

06	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Imperatriz	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
	ESTIMATIVA DO CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO							273.000,00

5.4. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Portal de Compras Governamentais e a especificação técnica constantes deste instrumento, prevalecerá a última.

5.5. O detalhamento das especificações técnicas consta no Anexo I deste Termo de Referência.

6. PROPOSTA DAS LICITANTES

6.1. Recomenda-se que seja exigido em suas propostas o cumprimento das seguintes cláusulas, além daquelas editadas pela Seção de Compras e Contratos - SECOM-MA:

6.1.9 Preço, por item, mensal e global para 24 (vinte e quatro) meses dos serviços em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso. Havendo discordância entre os preços mensal e global, prevalecerá o último, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.

6.1.10 Especificação clara, completa e minuciosas, com detalhes, do serviço ofertado, observadas as especificações mínimas contidas neste Termo de Referência.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.1. Um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa que comprove:

7.1.1.1. Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a prestação de serviço compatível com o objeto licitado, limitado(s) a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da capacidade de cada item, admitida a soma de atestados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1.1.1. Para o item com velocidade de 1 Gbps, será aceito atestado de, no mínimo, 500 Mbps.

7.1.1.1.2. Para os itens com velocidade de 500 Mbps, será aceito atestado de, no mínimo, 250 Mbps.

7.1.2. A licitante deverá, caso seja solicitado, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local onde foram fornecidos os equipamentos e prestados os serviços.

7.1.3. A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica se justifica por refletir os critérios técnicos preponderantes e de maior relevância, uma vez que a eventual incapacidade técnica operacional do fornecedor, poderá gerar impactos negativos na obtenção dos benefícios esperados e no atendimento aos requisitos de negócio. Deste modo, a exigência possibilita a avaliação da capacidade técnica operacional das licitantes, quanto ao fornecimento, instalação e configuração dos itens.

7.1.4. Por todo o exposto, a exigência está alinhada com a Súmula nº 263/2011 do TCU, por se tratar de comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, limitada às parcelas de maior relevância e não superior a 50% do objeto pretendido;

7.1.5. Somente serão aceitos atestados e cópias de contratos expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

7.1.6. Termo de Autorização ou Concessão, comprovando que a licitante é concessionária ou autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia.

7.1.7. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, declaração formal atestando a inexistência de dependência técnica, física ou operacional, inclusive de última milha, em relação às infraestruturas das empresas que atualmente prestam serviços de acesso à Internet ou conectividade de mesma natureza à JFMA, em atendimento ao requisito de independência da infraestrutura redundante previsto neste Termo de Referência e no Anexo I (Especificação Técnica).

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

7.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

7.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), compatível com o objeto da contratação de serviços de acesso à Internet dedicada.

7.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os relativos à Seguridade Social, nos

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

7.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital, conforme a natureza da atividade exercida, relativa ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital, conforme o caso, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

7.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais, distritais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela Fazenda competente do seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da legislação aplicável.

7.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual (MEI) que pretenda usufruir dos benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando aplicável.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

7.4.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.4.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

7.4.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.4.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.4.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.4.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E OS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. DESCRIÇÃO

8.1.1. A solução objeto desta contratação consiste na prestação de serviços de acesso à Internet dedicada por fibra óptica, compreendendo todas as fases do ciclo de vida do serviço, desde a implantação inicial, ativação e configuração dos enlaces, até a operação assistida, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento e encerramento contratual.

8.1.2. Os enlaces de acesso à Internet deverão ser compatíveis com a arquitetura de rede da JFMA, permitindo sua integração com soluções de SD-WAN existentes ou futuras, de forma a viabilizar balanceamento de tráfego, alta disponibilidade, resiliência operacional e continuidade dos serviços institucionais.

8.1.3. A instalação e ativação dos serviços poderão ser realizadas de forma presencial ou remota, conforme a necessidade técnica de cada localidade, com apoio e acompanhamento da equipe técnica da CONTRATANTE, observadas as condições operacionais e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

8.1.4. Durante a vigência contratual, a CONTRATADA será responsável pela adequada operação dos serviços, pela correção de falhas, pela mitigação de degradações de desempenho e pelo atendimento aos requisitos técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência.

8.1.5. As especificações técnicas detalhadas, incluindo requisitos de desempenho, compatibilidade, monitoramento e demais características do serviço, encontram-se descritas no Anexo I - Especificação Técnica, que integra este Termo de Referência para todos os efeitos.

8.1.6. A solução contratada está estruturada para operar como componente da infraestrutura de conectividade redundante da JFMA, sendo integrada à arquitetura SD-WAN para fins de alta disponibilidade, balanceamento de carga, continuidade do serviço e mitigação de falhas.

8.1.7. A ativação dos enlaces poderá ocorrer de forma gradual, conforme a necessidade operacional do CONTRATANTE, sem prejuízo da funcionalidade global da solução ou da integração com os demais acessos à Internet.

9. VISTORIA

9.1. A participação na licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante deste Termo de Referência, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo.

9.2. As empresas interessadas poderão vistoriar os locais onde serão instalados os equipamentos para a prestação dos serviços, com o objetivo de verificar as condições e o grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário (segunda a sexta, das 08hs às 17hs) com a área demandante:

9.2.1. Núcleo de Tecnologia da Informação - NUTEC-MA, Seção Judiciária do Maranhão: nutec.ma@trf1.jus.br, (98) 3214-5748;

9.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

9.4. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

9.5. Em caso de não realização de vistoria:

9.5.1. A licitante que opte por não realizar vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.5.2. A não realização da vistoria não poderá ser alegada para embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto deste Termo de Referência.

10.1.1. Poderá ser admitida a contratação de terceiros exclusivamente para atividades acessórias e instrumentais (ex.: obras civis, lançamento/passagem/certificação de infraestrutura), sem transferência da responsabilidade, da operação, do atendimento e do cumprimento de SLA, que permanecerão integralmente a cargo da CONTRATADA.

10.1.2. Em qualquer hipótese, permanece vedada a subcontratação da operação do enlace, do monitoramento/NMS e do suporte técnico 24x7, bem como qualquer arranjo que contrarie a independência exigida em relação aos contratos vigentes da JFMA.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES/PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA

11.1. Prazos e Cronograma

11.1.1. Na execução do contrato devem ser observados os seguintes prazos:

11.1.1.1. Até 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura do contrato para emissão da Ordem de Serviço de Execução/Fornecimento, por parte da CONTRATANTE.

11.1.1.2. Até 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura do contrato para a reunião de *kick-off* (alinhamento inicial do projeto), com presença de todos os atores envolvidos na gestão contratual para apresentação das partes, alinhamento das expectativas contratuais, revisão dos entregáveis, prazos envolvidos e avaliação de riscos.

11.1.1.3. Até 10 (dez) dias corridos contados da reunião de *kick-off* para apresentação do Projeto de Implantação, por parte da CONTRATADA.

11.1.1.4. Até 05 (cinco) dias corridos para aprovação, por parte da CONTRATANTE, do Projeto de Implantação, contados de sua apresentação.

11.1.1.5. Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço de Execução/Fornecimento, para disponibilização do objeto.

11.1.1.6. Os prazos relacionados à reunião de *kick-off* e Projeto de Implantação não estendem o prazo do subitem 11.1.1.5.

11.1.2. Até 05 (cinco) dias corridos para o Termo de Recebimento Provisório, por parte da CONTRATANTE, contados a partir da entrega objeto.

11.1.3. Até 05 (cinco) dias corridos para o Termo de Recebimento Definitivo, por parte da CONTRATANTE, a partir da Emissão do Termo de Recebimento Provisório.

11.1.5. Em caso de comprovada superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade do adjudicatário e que altere substancialmente as condições de seu cumprimento, será examinado pedido de prorrogação.

11.1.5.1. O pedido, formulado com as pertinentes razões e acompanhado de comprovante do alegado, deverá ser dirigido ao Núcleo de Tecnologia da Informação - NUTEC-MA, no endereço de e-mail nutec.ma@trf1.jus.br, até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando a critério do ordenador de despesas acolher ou não o requerimento da CONTRATADA.

11.1.6. O tempo máximo para o fornecimento da solução (entrega do objeto) é de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, a partir do recebimento da Ordem de Serviço de Execução/Fornecimento até a Entrega do Objeto, que propicie a emissão do Recebimento Provisório, conforme Cronograma de Eventos a seguir:

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
1	Assinatura do Contrato
2	Abertura de Ordem de Serviço de Execução/Fornecimento
3	Reunião de <i>kick-off</i>
4	Apresentação do Projeto de Implantação
5	Aprovação do Projeto de Implantação

6	Entrega do Objeto
7	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP) do Projeto Concluído
8	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) do Projeto Concluído

11.2. Locais de execução dos serviços e quantidades:

LOCAIS DE EXECUÇÃO/ENTREGA E QUANTIDADES					
LOCAL	ENDEREÇO	COORDENADAS	CONTATOS	ITEM	QUANTIDADE
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO - SJMA - SEDE	Av. Senador Vitorino Freire, nº300, Areinha, São Luís -MA CEP: 65031-900	2°32'36.7"S 44°17'40.8"W	(98)3214-5748 nutec.ma@trf1.jus.br	Item 1 - Serviço de Internet dedicada de no mínimo 1Gbps(gigabit por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Seção Judiciária do Maranhão - Sede (São Luís)	1
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO - SJMA - ANEXO IV	Av. dos Holandeses, Quadra 32, lote 30, Quintas do Calhau, São Luís - MA CEP: 65072-850	2°29'19.38"S 44°15'13.0"W	(98)3214-5748 nutec.ma@trf1.jus.br	Item 2 - Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps(megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Seção Judiciária do Maranhão - Anexo IV (São Luís)	1
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL - SSJBBL	Rua Frederico Leda, 1910, Centro Bacabal - MA CEP 65700-000	4°13'44.9"S 44°47'32.9"W	(98)3214-5748 nutec.ma@trf1.jus.br	Item 3 - Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps(megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Bacabal	1
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BALSAS - SSJBLA	BR 230 - Quadra 88 - Lote 255 Setor Industrial Balsas - MA CEP 65800-000	7°31'15.7"S 46°03'06.4"W	(98)3214-5748 nutec.ma@trf1.jus.br	Item 4 - Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps(megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Balsas	1
				Item 5 - Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500	

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS - SSJCXS	Rua 07-A, Cidade Judiciária Bairro Campo de Belém Caxias - MA CEP: 65.609-900	4°52'56.6"S 43°22'40.1"W	(98)3214-5748 nutec.ma@trf1.jus.br	Mbps(megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Caxias	1
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IMPERATRIZ - SSJITZ	Av. Tapajós, s/nº Bairro: Parque das Nações Fórum Dr. Dionísio Nunes Imperatriz - MA CEP 65.912-900	5°30'46.9"S 47°26'59.3"W	(98)3214-5748 nutec.ma@trf1.jus.br	Item 6 - Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps(megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Imperatriz	1

11.3. Todos os serviços descritos deverão ser disponibilizados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

11.4. Os atendimentos, eventualmente necessários ao cumprimento do objeto, devem ser prestados em dias úteis, conforme expediente da JFMA, das 08:00h às 17:00h, no horário oficial de Brasília.

11.4.1. Em caso de necessidade fora do horário indicado no Item 11.4., a CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia à CONTRATANTE, indicando a identificação dos responsáveis pelo atendimento.

11.4.2. Os atendimentos, que ocorrerem na forma remota, deverão ser prestados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

11.5. A CONTRATADA deverá entregar o objeto com a totalidade dos requisitos e níveis de serviços exigidos, conforme Subitem 11.1 - Prazos e Cronograma.

11.6. Todo o processo de instalação e implantação dos serviços será acompanhado e supervisionado por unidade técnica do CONTRATANTE, à qual a CONTRATADA deverá se reportar antes de qualquer ação e decisão referente à implantação da solução em tela.

11.8. Para os **serviços de acesso à Internet dedicada por fibra óptica**

11.8.1. Todos os custos com realização de canalização, entradas, tubulações, entre outros, compreendendo todo o percurso de infraestrutura de cabeamento, desde os centros de roteamento das contratadas até o equipamento roteador a ser instalado nos DATACENTER do CONTRATANTE, deverão ser realizados sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

11.8.2. A tecnologia de acesso a ser implantada no DATACENTER do CONTRATANTE deverá utilizar materiais não susceptíveis a propagação de fogo, sobretudo aqueles para uso interno.

11.8.3. De forma a dar condição para o aceite provisório, a CONTRATADA deverá apresentar relatórios comprovando a entrega do objeto deste Termo de Referência no prazo estipulado.

11.8.4. Uma vez recebido o objeto, a CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente ao CONTRATANTE, para fins de atesto e pagamento, fatura e relatório de prestação dos serviços, contendo:

11.8.4.1. Aferição dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) para o período faturado, incluindo indisponibilidades de serviço, detalhados por dia, período e causas, bem

como cálculo dos índices IDM, PET e PDP, CHM de acordo com as condições apresentados no item 11.8.5, níveis mínimos de serviço (NMS).

11.8.4.2. Relação dos chamados de suporte técnico ou manutenção abertos e fechados, com identificação do chamado, problema relatado e solução adotada, no período faturado.

11.8.4.2.1. A relação de chamados deverá conter, no mínimo: (i) data e hora de abertura; (ii) data e hora de encerramento; (iii) classificação do chamado (manutenção, configuração, suporte técnico); (iv) indicação se houve suspensão de contagem de prazo por dependência do CONTRATANTE, com a respectiva justificativa registrada no chamado; e (v) evidência do aceite/validação do CONTRATANTE quando aplicável.

11.8.4.3. Nota fiscal dos serviços com período de faturamento, já aplicados os descontos por indisponibilidade do circuito e glosas por não atendimento aos níveis de serviço contratados.

11.8.5. Níveis Mínimos de Serviço:

11.8.5.1. Os serviços de acesso à Internet deverão estar operacionais em um regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana).

11.8.5.2. O serviço de acesso à Internet deverá atender a Limite de Qualidade do Índice de Disponibilidade Mensal (LQIDM) mínimo de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento), equivalente a indisponibilidade mensal máxima de 3h e 36min (três horas e trinta e seis minutos), apurado e apresentado mensalmente por enlace.

11.8.5.3. O Índice de Disponibilidade Mensal (IDM) deverá ser calculado mensalmente por meio da seguinte fórmula: $IDM = [(Tm - Ti) / Tm]$, onde:

11.8.5.3.1. IDM é o Índice de Disponibilidade Mensal do serviço;

11.8.5.3.2. Tm é o tempo total mensal de operação, em minutos, no mês de faturamento;

11.8.5.3.3. Ti é o somatório dos períodos de indisponibilidade do serviço, em minutos, no mês de faturamento.

11.8.5.4. No caso de inoperância recorrente num período inferior a 2 (duas) horas, contado a partir do restabelecimento do serviço Internet da última inoperância, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do serviço o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o serviço estiver totalmente operacional.

11.8.5.5. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deve manter todos os portais de monitoramento e canais de comunicação prontos para uso, sem perda de nenhuma funcionalidade. Caso a CONTRATANTE detecte alguma falha, a CONTRATADA deve corrigir em até 24 (vinte e quatro) horas.

11.8.5.6. Além do Índice de Disponibilidade Mensal (IDM), deverá ser aferida métrica correspondente ao Percentual de Pacotes com Erros de Transmissão (PET), que, uma vez superada, deverá ser considerada como período de indisponibilidade do serviço:

11.8.5.6.1. A métrica Percentual de Pacotes com Erros de Transmissão (PET) se refere à relação existente entre a quantidade de pacotes transmitidos/recebidos com erro e quantidade de pacotes transmitidos/recebidos, em cada acesso contratado;

11.8.5.6.2. Para medição desse percentual, em todos os períodos do dia, a CONTRATADA deverá realizar aferições do percentual de pacotes com erros para o enlace do acesso contratado, através da monitoração das interfaces contratadas. As aferições deverão ser feitas em cada interface, por sentido de tráfego (*inbound/outbound*), apresentadas em valores referentes a cada intervalo de 5 (cinco) minutos, sendo o limite aceitável de erros de até 1,0% (um por cento) do total de pacotes trafegados em cada interface e sentido;

11.8.5.6.3. Para cada valor da taxa de erros por pacotes acima do limite permitido no subitem anterior, deverá ser computado período de indisponibilidade de 2 (dois) minutos na fórmula do IDM.

11.8.5.7. Serão desconsiderados os valores que ultrapassem este limite quando a CONTRATADA comprovar a utilização superior a 80% (oitenta por cento) da velocidade do respectivo enlace no mesmo intervalo;

11.8.5.8. Além do Índice de Disponibilidade Mensal (IDM), deverá ser aferida métrica correspondente ao Percentual de Descarte de Pacotes (PDP), que, uma vez superada, deverá ser considerada como período de indisponibilidade do serviço:

11.8.5.8.1. A métrica Percentual de Descarte de Pacotes (PDP) refere-se à relação existente entre a quantidade de pacotes descartados/perdidos e a quantidade total de pacotes trafegados, em cada acesso contratado.

11.8.5.8.2. Para medição desse percentual, em todos os períodos do dia, a CONTRATADA deverá realizar aferições do percentual de descarte para o enlace do acesso contratado, através da monitoração das interfaces contratadas. As aferições deverão ser feitas em cada interface, por sentido de tráfego (inbound/outbound), apresentadas em valores referentes a cada intervalo de 5 (cinco) minutos, sendo o limite máximo permitido de descarte de até 2,0% (dois por cento) do total de pacotes trafegados em cada interface e sentido.

11.8.5.8.3. Sempre que o PDP for superior ao limite máximo permitido no subitem anterior, deverá ser computado período de indisponibilidade de 5 (cinco) minutos na fórmula do IDM.

11.8.5.9. Sempre que duas aferições de PET (subitem 11.8.5.6) e PDP (subitem 11.8.5.8) estiverem acima dos respectivos limites máximos permitidos, desde que elas ocorram em uma mesma porta de comunicação e durante os mesmos intervalos de tempo de um mesmo dia, somente deverá ser computado o período de indisponibilidade associada a uma delas.

11.8.5.10. Os serviços de suporte técnico, manutenção e alteração de configuração que não provocarem indisponibilidade no serviço deverão ser atendidos no período máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas do registro do chamado técnico.

11.8.5.10.1. Para fins do subitem 11.8.5.10, considera-se “atendimento” a conclusão do chamado com a efetiva execução da ação solicitada (manutenção/configuração/suporte técnico) ou a correção da falha reportada, com registro da solução adotada.

11.8.5.10.2. O prazo do subitem 11.8.5.10 será contado em regime 24x7, a partir do registro do chamado até o seu encerramento.

11.8.5.10.3. Para fins do indicador CHM (Chamados de Manutenção), o “atraso em horas no atendimento” corresponde, para cada chamado enquadrado no subitem 11.8.5.10, ao tempo excedente ao prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, calculado da seguinte forma:

$CHM = \Sigma \max(0, (Tencerramento - Tabertura) - 72h)$, onde “ Σ ” representa o somatório dos atrasos de todos os chamados do mês de faturamento.

11.8.5.10.3.1. Para aplicação de glosa, o atraso será apurado em horas, admitindo-se arredondamento da fração para a hora cheia superior.

11.8.5.10.4. Não será computado atraso (para fins de CHM) no período em que o chamado estiver formalmente pendente por dependência do CONTRATANTE, tais como: necessidade de autorização, janela operacional, liberação de acesso físico/lógico, validação/aceite, ou fornecimento de informação indispensável, desde que: (i) a pendência esteja registrada no próprio chamado; (ii) haja indicação objetiva do motivo; e (iii) o CONTRATANTE tenha sido cientificado no mesmo registro.

11.8.5.10.5. Chamados que, durante sua tratativa, passem a envolver indisponibilidade do serviço deverão ser tratados também conforme as regras de indisponibilidade e de apuração do IDM e demais métricas previstas neste item 11.8.5, sem prejuízo do registro e rastreabilidade do chamado.

11.8.5.11. Indisponibilidades serão consideradas quando ocorrer qualquer tipo de problema nos equipamentos, links de comunicação ou backbone da CONTRATADA, que impeça a transmissão ou recepção de pacotes nos serviços de acesso à Internet ou impactem no seu desempenho, mesmo que parcialmente (como por exemplo, não acessar sites internacionais).

10.8.5.12. Os períodos de manutenção provocadas pela CONTRATADA, inclusive os de ordem preventiva, serão considerados como indisponibilidade.

11.8.5.13. A violação de qualquer nível de serviço só poderá ser desconsiderada pelo CONTRATANTE quando for decorrente de falha em algum equipamento de propriedade do CONTRATANTE, decorrente de procedimentos operacionais por parte do CONTRATANTE, por qualquer equipamento da CONTRATADA que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pelo CONTRATANTE ou eventuais interrupções programadas, desde que previamente autorizadas pelo CONTRATANTE.

11.8.5.14. Em caso de não atendimento dos níveis mínimos de serviço exigidos serão aplicadas, sobre o valor mensal do contrato, as seguintes glosas:

INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇO				META DE SERVIÇO		GLOSA
N.	NOME	DESCRIÇÃO	CÁLCULO	EXIGIDA	AFERIDA	
01	IDM	Indisponibilidade Mensal	$Vd = Cm * (1 - IDM),$ onde: 1. Vd é o valor do desconto; 2. Cm é o custo mensal dos serviços prestados; 3. IDM é o índice de disponibilidade mensal dos serviços, calculado no item 11.8.5.3. - Níveis Mínimos de Serviço, observadas as aferições de PET e PDP.	$\geq 99,5\%$	para cada 0,1% abaixo do exigido	0,5% até o limite de 100% do valor mensal do contrato
02	CHM	Chamados de Manutenção	Atraso em horas no atendimento de chamados de manutenção/configuração dentro do mês.	-	Para cada hora de atraso no atendimento	0,5% até o limite de 100% do valor mensal do contrato

11.8.5.15. Cabe observar, que a glosa por não atendimento aos níveis de serviço contratados são adicionais ao desconto linear por indisponibilidade dos serviços contratados.

12. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. Deverão ser observadas as regras estabelecidas nas normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região (RESOLUÇÃO PRESI 148/2021), observados os seguintes requisitos mínimos:

12.1.1. Observar que os equipamentos que compõe a solução não devem conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados(PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). O atendimento dessas diretrizes deve ser comprovado por meio de certificado emitido por entidade oficial ou por declaração do fabricante, nos termos do inciso parágrafo 1º do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

12.1.2. Comprovação do RoHS: foram constatados que os objetos ofertados pelos fabricantes não utilizam materiais que agredem ao meio ambiente, não restringindo o caráter competitivo do certame, observando a recomendação do TCU no Acórdão 1.666/2019 – Plenário. Conforme exposto no item 4.4.4 - Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TI do ETP a exigência não restringe a competitividade, pois permite a participação de pelo menos 03 (três) fabricantes.

12.1.3. Para as peças e componentes substituídos durante a execução dos serviços a empresa CONTRATADA deverá realizar a logística reversa ou descarte ambiental de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, realizando seu recolhimento nos mesmos locais de entrega do bem, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

12.1.3.1. A retirada das peças e componentes poderá ocorrer de forma concomitante com sua substituição, com registro da retirada no documento do atendimento, ou a posteriori, mediante recibo de retirada dos bens.

12.1.3.2. No decorrer da contratação, poderá ser exigido do fornecedor apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de logística reversa ou destinação ambiental nos termos da legislação vigente, sendo a veracidade das informações prestadas de responsabilidade do fornecedor.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os materiais sejam entregues nas dependências da JFMA, descritas no subitem 11.2, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega, entre outros.

13.2. Entregar a solução descrita nesse documento respeitando os prazos, conforme Subitem 11.1 - Prazos e Cronograma.

13.2.1. Fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, os equipamentos/serviços, juntamente com todos os itens acessórios de hardware e software necessários à perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, suportes, drivers de controle, manuais e programas de configuração etc.

13.2.2. Proceder à instalação de equipamentos novos de primeiro uso, acondicionados adequadamente em caixas lacradas de forma a propiciar completa segurança durante o transporte, nas localidades indicadas, conforme subitem 11.2.

13.3. A CONTRATADA não poderá fornecer equipamentos, componentes e softwares que estejam classificados como end of sale ou end of support, no site do fabricante, na data da entrega da solução.

13.3.1. Caso os equipamentos, componentes e softwares ofertados venham a ser classificados como end of support, durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá fornecer outro, igual ou superior à linha ofertada na proposta e aceita no certame licitatório, atendendo aos requisitos do Edital e seus anexos.

13.4. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados à JFMA e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços a ser executados.

13.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo o

CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações.

13.6. Respeitar os prazos contratuais máximos de atendimento de chamados técnicos.

13.7. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, de todos os dados ou informações do CONTRATANTE ou suas representações obtidas em função da prestação do objeto contratado, além de qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus profissionais nesse sentido.

13.7.1. Apresentar, na assinatura do contrato, o Termo de Compromisso de Confidencialidade de Informações assinado, conforme Anexo III.

13.8. Comprovar que os equipamentos utilizados na solução possuem certificação de conformidade técnica, junto a Anatel, conforme Resolução nº 715/2019.

13.9. Garantir que os serviços de acesso à Internet dedicada, inclusive a infraestrutura de última milha, sejam totalmente independentes da infraestrutura utilizada por outros contratos vigentes da JFMA, de modo a evitar falhas correlacionadas e indisponibilidade simultânea.

13.9.1. A independência deverá abranger, no mínimo: (i) operadora/provedor responsável; (ii) rotas e meios físicos/lógicos de transporte; (iii) backbone/roteamento de provedor; (iv) equipamentos de borda/terminação do provedor; e (v) infraestrutura de acesso local (última milha).

13.9.2. Não será admitida dependência parcial que introduza ponto único de falha compartilhado com prestadores atuais, inclusive por compartilhamento de dutos, postes, fibras, caixas de emenda, OLT/ONU, roteadores, POPs, rotas ou quaisquer elementos críticos equivalentes.

13.10. Apresentar declaração formal, juntamente com a proposta, atestando que os serviços ofertados não possuem dependência técnica, operacional ou física da infraestrutura de outros prestadores atualmente contratados pela JFMA, inclusive quanto à última milha.

13.10.1. A declaração deverá abranger, no mínimo, a inexistência de compartilhamento de ponto único de falha com contratos vigentes, nos termos do subitem 13.9 e do Anexo I.

13.10.2. A identificação de dependência ou compartilhamento vedado implicará desclassificação da proposta; se identificada durante a execução, ensejará a adoção das medidas contratuais cabíveis, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto desta contratação, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;

14.2. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;

14.3. Recusar o recebimento do objeto que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA;

14.4. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14.5. O representante da administração deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem em atraso e descumprimento de dispositivos constantes deste Termo, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

14.6. Permitir acesso do pessoal da empresa licitante às dependências a JFMA, nos endereços da execução dos serviços contratados, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.

15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

15.7. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

15.8. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

15.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

15.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização comunicará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

15.11. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao superior hierárquico para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

15.13. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

16. RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. O recebimento dos serviços objeto deste Termo de Referência caracteriza-se pela verificação do efetivo fornecimento, instalação, configuração, disponibilização e pleno funcionamento dos enlaces e de toda a infraestrutura e componentes necessários à sua prestação, conforme as condições estabelecidas neste Termo e em seus anexos, assegurando-se a conformidade técnica e operacional do objeto contratado.

16.2. O serviço será recebido provisoriamente, no prazo máximo indicado no Subitem 11.1.2, contado a partir da entrega e ativação dos serviços, com a comprovação de sua operação inicial e do atendimento aos requisitos e níveis mínimos de serviço aplicáveis, ficando sujeito à posterior verificação detalhada para fins de aceite definitivo.

16.3. O serviço será aceito definitivamente, no prazo máximo indicado no Subitem 11.1.3., a partir do emissão Termo de Recebimento Provisório:

16.3.1. O recebimento definitivo consiste na verificação da adequação dos serviços às exigências do contrato.

16.3.2. O serviço será recusado caso a CONTRATADA execute os serviços de forma adversa e que não esteja em conformidade com as exigências do contrato.

17. GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96, 97 e 98 da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no contrato.

17.1.1. Para o serviço de acesso à Internet dedicada simétrico, no percentual de 5% do valor anual do contrato.

17.2. A garantia nas modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021 deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis contados da data inicial da vigência do contrato, excepcionada a hipótese de escolha da modalidade seguro-garantia, que deverá ser prestada anteriormente à assinatura do contrato, como condição para sua celebração.

17.3. O prazo da garantia deverá abranger o período de execução do contrato.

17.4. No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá efetuar o depósito em conta específica e com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

17.5. É obrigação da CONTRATADA fazer constar do documento de garantia, expressamente, sua vinculação a esta cláusula contratual.

17.6. A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação ou alteração, reajustes/repactuações do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação, na hipótese de reajustes/repactuações realizados mediante apostila ao contrato.

17.7. A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

17.7.1. Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo CONTRATANTE, do valor apurado ou fixado conforme cláusulas pertinentes deste contrato.

17.7.2. Cobertura de prejuízos causados ao CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo.

17.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

17.8. Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária (Lei nº 10.406/2002).

17.9. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE visando apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

17.10. No caso de penalidade imposta pelo CONTRATANTE, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pelo CONTRATANTE, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da CONTRATADA.

17.11. Sancionada a CONTRATADA, caso esta não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita.

17.12. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 17.7.1, 17.7.2 e 17.7.3 desta cláusula, obriga-se a CONTRATADA a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo CONTRATANTE.

17.13. Em caso de alteração do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

17.14. Expirada a vigência do contrato, não havendo pendências contratuais ou quanto à sua execução, após emitido o Termo de Recebimento Definitivo, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para a solicitação da devolução da garantia prestada quando da assinatura da avença.

18. VIGÊNCIA

18.1. O contrato para a prestação dos serviços de acesso à Internet dedicada por fibra óptica, com banda simétrica, destinados a compor a infraestrutura de conectividade redundante da JFMA, terá vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, admitida prorrogação na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade e mantidas as condições contratuais.

18.3. Na vigência acima estão inclusos os prazos descritos no Subitem 11.1 - Prazos e Cronograma.

19. LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTO

19.1. Prazos para liquidação e pagamento:

19.1.1. A liquidação ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente;

19.1.2. O pagamento das faturas será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da liquidação, inciso VI, Art. 92 da Lei 14.133/2022.

19.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20. REAJUSTE

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/01/2026.

20.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

20.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

20.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

21. SANÇÕES CONTRATUAIS OU PENALIDADES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover o cancelamento da nota de empenho por descumprimento ou cumprimento irregular das condições estabelecidas neste Termo de Referência, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 21.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 21.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 21.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 21.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 21.1 a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

21.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

21.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

21.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21.11. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

22. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

22.1. O custo estimado mensal da contratação é de R\$ 11.375,00 (onze mil trezentos e setenta e cinco reais), considerando a soma dos valores mensais estimados para cada item constante no item 5.3.

22.2. O custo estimado total para 24 (vinte e quatro) meses é de R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais), apurado a partir dos preços estimados unitários (R\$/mês) e do prazo contratual de 24 meses, conforme item 5.3.

22.3. A composição da estimativa considera os seguintes valores por item, conforme item 5.3.:

22.3.1. Item 01 (1.000 Mbps): custo estimado unitário de R\$ 3.250,00/mês; custo total estimado para 24 meses de R\$ 78.000,00.

22.3.2. Item 02 (500 Mbps): custo estimado unitário de R\$ 1.625,00/mês; custo total estimado para 24 meses de R\$ 39.000,00.

22.3.3. Item 03 (500 Mbps): custo estimado unitário de R\$ 1.625,00/mês; custo total estimado para 24 meses de R\$ 39.000,00.

22.3.4. Item 04 (500 Mbps): custo estimado unitário de R\$ 1.625,00/mês; custo total estimado para 24 meses de R\$ 39.000,00.

22.3.5. Item 05 (500 Mbps): custo estimado unitário de R\$ 1.625,00/mês; custo total estimado para 24 meses de R\$ 39.000,00.

22.3.6. Item 06 (500 Mbps): custo estimado unitário de R\$ 1.625,00/mês; custo total estimado para 24 meses de R\$ 39.000,00.

22.4. Verificação de consistência: os valores totais por item estão consistentes com o prazo de 24 meses (Item 01: $24 \times 3.250,00 = 78.000,00$; Itens 02 a 06: $24 \times 1.625,00 = 39.000,00$) e o somatório geral corresponde ao total estimado apresentado ($78.000,00 + 5 \times 39.000,00 = 273.000,00$), conforme item 5.3.

22.5. Os custos estimados estão detalhados no item 5.3., incluindo CATSEr, unidade, quantidade, prazo (meses), velocidade (Mbps), preço estimado unitário (R\$/mês) e preço estimado total para 24 meses.

23. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

23.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

23.2. A CONTRATADA obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

23.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

23.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

23.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

23.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

23.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

23.7. Não haverá tratamento específico de dados pessoais para esta contratação.

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET DEDICADA

1.1. As velocidades mínimas a serem entregues em cada item, vinculadas às respectivas

localidades/unidades, estão consolidadas na tabela de “Velocidades mínimas por item e localidade”, devendo a CONTRATADA assegurar a entrega e a manutenção contínua da capacidade nominal mínima indicada para cada enlace, em regime dedicado e simétrico (downstream igual ao upstream), durante toda a vigência contratual.

Tabela – Velocidades mínimas por item e localidade (Subitem 11.2 do Termo de Referência)

Item	Localidade / Unidade	Município / UF	Velocidade mínima	Observação
1	SJMA – Sede	São Luís / MA	1.000 Mbps (1 Gbps)	Link dedicado, simétrico (down = up)
2	SJMA – Anexo IV	São Luís / MA	500 Mbps	Link dedicado, simétrico (down = up)
3	Subseção Judiciária de Bacabal	Bacabal / MA	500 Mbps	Link dedicado, simétrico (down = up)
4	Subseção Judiciária de Balsas	Balsas / MA	500 Mbps	Link dedicado, simétrico (down = up)
5	Subseção Judiciária de Caxias	Caxias / MA	500 Mbps	Link dedicado, simétrico (down = up)
6	Subseção Judiciária de Imperatriz	Imperatriz / MA	500 Mbps	Link dedicado, simétrico (down = up)

1.2. Os enlaces deverão operar em regime de operação ininterrupta, com utilização contínua, sem mecanismos de compartilhamento de banda, venda de capacidade acima da infraestrutura disponível, limitação intencional de vazão, degradação deliberada de desempenho ou políticas de “redução automática” de velocidade por tipo de tráfego, volume ou horário.

1.3. Cada enlace deverá ser entregue como circuito lógico independente, com terminação física dedicada à unidade atendida, conforme tabela de itens e localidades do Termo de Referência.

1.4. A CONTRATADA deverá assegurar que o enlace não possua mecanismos de restrição a volume de tráfego (franquia, limite de dados, redução de velocidade por consumo ou por perfil de uso), ressalvadas apenas medidas temporárias e justificadas para mitigação de incidentes de segurança, quando formalmente determinadas pelo CONTRATANTE.

1.5. A largura de banda deve sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado.

1.5.1. Cada item deverá ser entregue com, no mínimo, a velocidade nominal prevista para o respectivo item na tabela de itens e localidades (Subitem 11.2 do Termo de Referência), expressa em Mbps/Gbps, vedada entrega inferior.

1.6. O acesso deverá ser provido em regime integral (24x7) com a velocidade e a taxa de disponibilidade contratadas, sem interrupção da comunicação ou redução de velocidades por qualquer motivo, a não ser manutenções programadas e autorizadas pela Justiça Federal do Maranhão.

1.6.1. Eventuais manutenções preventivas nos enlaces deverão ser agendadas com antecedência mínima de 5 dias corridos.

1.7. A CONTRATADA deverá possuir uma estrutura de Central de Atendimento, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos feriados e finais de semana, fazendo o registro das ocorrências, acompanhamento, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas.

1.8. A CONTRATANTE poderá fazer registros referentes a ocorrências e à qualidade dos serviços prestados, não só através de ligações telefônicas como também através do envio de outros canais da CONTRATADA.

1.9. Durante toda a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter registro dos eventos que porventura tenham provocado interrupções no circuito, a fim de justificar a não consideração de períodos de indisponibilidade perante a CONTRATANTE.

1.10. Os registros mencionados no subitem 1.9 deste anexo, deverão estar disponíveis durante todo o período de vigência do contrato, podendo a CONTRATANTE solicitar relatórios consolidados por mês contendo todas as informações das ocorrências.

1.11. A contratada deverá fornecer toda a infraestrutura necessária para disponibilizar os serviços IP para acesso à Internet global de forma exclusiva (não compartilhada), com os circuitos de acesso com a mesma capacidade de tráfego nos dois sentidos.

1.12. A contratada deverá possuir pelo menos 1 POP (Point of Presence) próprio no Estado do Maranhão, ou estrutura equivalente sob seu controle operacional direto no Estado, apta a suportar a operação e o atendimento técnico dos enlaces contratados.

1.13. O backbone da operadora deverá possuir, pelo menos, 3 pontos de troca de tráfego com provedores que possuam Sistemas Autônomos (AS - Autonomous Systems) independentes, sendo que cada um deverá ter, no mínimo, velocidade de 1 Gbps. Um desses pontos de troca deverá ser com 1 provedor internacional.

1.14. A contratada deverá fornecer no mínimo 2 endereços IP versão 4, não dinâmicos e válidos para roteamento na internet.

1.15. O serviço deverá ser instalado, configurado, ativado, testado e entregue em pleno funcionamento pela contratada, sem ônus para o Contratante.

1.15.1. A contratada deverá realizar a instalação de todos os equipamentos necessários para o funcionamento dos links contratados. O acesso deverá ser fornecido nos Datacenters da Justiça Federal do Maranhão, na localidade indicada para cada item, sendo todos os elementos necessários de responsabilidade da Contratada, tais como, roteadores, modems, conversores, bandejas e parafusos para rack, alimentadores DC, cabos ou outros correlatos bem como toda a infraestrutura para instalação de equipamentos de transmissão necessárias à prestação dos serviços e à integração com o ambiente operacional do local de instalação.

1.15.2. O fornecimento de energia elétrica, aterramento e condicionamento de ar serão de responsabilidade do Contratante.

1.15.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado conforme Item 9 do Termo de Referência.

1.16. Os roteadores fornecidos pela contratada deverão ser dimensionados de forma a garantir o desempenho e os níveis de serviço requeridos para o tráfego da Internet.

1.16.1. A conexão ao switch da Justiça Federal do Maranhão deverá ser feita através de porta RJ-45 Gigabit Ethernet(10/100/1000), sendo disponibilizados mínimo de 4 portas.

1.16.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos, configurados e instalados com todos os acessórios necessários incluindo parafusos, bandejas e cabos de força compatíveis com as instalações do Contratante.

1.16.3. A contratada deve manter sistemas operacionais e firmwares atualizados.

1.16.4. É responsabilidade da contratada informar à Contratante as versões de sistemas operacionais, softwares e firmwares e fornecer manuais, quando solicitado.

1.16.5. Sempre que for solicitada pela equipe técnica da contratante a alteração na configuração ou reconfiguração do roteador de acesso à Justiça Federal ou do gerenciador de tráfego, de maneira justificada, a contratada terá 5 dias corridos para realizá-la, sem nenhum ônus para a contratante.

1.16.6. A contratada deverá fornecer à Justiça Federal do Maranhão, as senhas de acesso do modo leitura, via portas de console e remota, para cada um dos equipamentos instalados nas dependências deste, com privilégios de leitura. Também deverá ser fornecido acesso de leitura às estatísticas de SNMP (comunidade de leitura).

1.16.7. TODOS os equipamentos e enlaces fornecidos pela CONTRATADA, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área — ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), e entidades de padrões reconhecidas internacionalmente — ITU-T (International Telecommunication Union), ISO (International Organization for Standardization), IEEE (Institute of Electrical and Electronics), EIA/TIA (Electronics Industry Alliance and Telecommunication Engineers Industry Association).

1.17. Compatibilidade e Integração com Arquitetura SD-WAN e Requisitos Mensuráveis de Qualidade do Enlace

1.17.1. A CONTRATADA deverá assegurar, para cada enlace, parâmetros mensuráveis mínimos de qualidade, aferíveis por medições do CONTRATANTE e/ou por relatórios técnicos da CONTRATADA, de modo a permitir a verificação objetiva do desempenho do link.

1.17.2. Perda de pacotes: a taxa de perda de pacotes (packet loss) deverá ser de, no máximo, 0,5% em medições de tráfego bidirecional, em condições normais de operação, considerando janela de apuração mensal.

1.17.3. Latência: a latência média (round-trip time) entre a unidade atendida e um ponto de referência de Internet (ponto de troca de tráfego nacional ou destino de teste indicado pelo CONTRATANTE) deverá ser compatível com operação corporativa e não poderá exceder, em média mensal, 60 ms, ressalvadas localidades com restrições geográficas, desde que tecnicamente justificadas e aceitas pelo CONTRATANTE.

1.17.4. Jitter: a variação de latência (jitter) deverá ser de, no máximo, 20 ms em média mensal, para o mesmo critério de medição definido no subitem 1.17.3.

1.17.5. Serão consideradas como ocorrências de degradação do serviço, para fins de aferição objetiva, no mínimo as seguintes situações:

1.17.5.1. interrupção no tráfego de pacotes;

1.17.5.2. limitação do tráfego do canal a capacidade diversa da definida neste Termo de Referência;

1.17.5.3. perda de pacotes superior a 2% (dois por cento) em intervalo de 5 (cinco) minutos;

1.17.5.4. falhas ou tempo de resposta superior a 4 (quatro) segundos em consultas a sites.

1.17.6. Taxa de erro em interface: as interfaces de acesso do circuito e/ou do equipamento de terminação fornecido pela CONTRATADA deverão operar sem erros persistentes (CRC, input errors, drops), devendo ser mantidos registros e disponibilizadas evidências quando solicitado.

1.17.7. Capacidade e vazão: a CONTRATADA deverá assegurar que a capacidade nominal mínima seja efetivamente atingível, vedada limitação intencional de vazão; quando solicitado, deverá realizar teste de vazão (throughput) com metodologia acordada com o CONTRATANTE, registrando evidências. O CONTRATANTE poderá auditar a capacidade efetiva de navegação e o desempenho do link com a Internet por meio de ferramentas de monitoramento próprias e/ou as oferecidas pela CONTRATADA.

1.17.8. O serviço deverá atender a Índice de Disponibilidade Mensal (IDM) mínimo de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento), equivalente a indisponibilidade mensal máxima de 3h e 36min (três horas e trinta e seis minutos), apurado e apresentado mensalmente por enlace.

1.17.9. Para efeito de cálculo do IDM e consolidação de ocorrências, no caso de inoperância reincidente em período inferior a 2 (duas) horas contado do restabelecimento da última inoperância, o tempo de indisponibilidade deverá ser considerado do início da primeira inoperância até o final da última, quando o link estiver totalmente operacional.

1.17.10. Os serviços deverão ser plenamente compatíveis com arquiteturas de rede baseadas em SD-WAN, existentes ou futuras, adotadas pelo CONTRATANTE, permitindo o uso do enlace como componente de alta disponibilidade, balanceamento e continuidade operacional.

1.17.11. Não serão admitidas restrições técnicas, operacionais ou contratuais que impeçam ou limitem a utilização do enlace em SD-WAN, incluindo, no mínimo, o uso de túneis lógicos (VPN/IPsec/GRE ou equivalentes), encapsulamentos, múltiplas rotas simultâneas, políticas de priorização de tráfego e mecanismos de failover/failback controlados pela solução do CONTRATANTE.

1.17.12. A CONTRATADA não poderá impor bloqueios ou limitações a portas, protocolos ou funcionalidades necessárias à integração SD-WAN, ressalvadas exigências de segurança formalmente definidas pelo CONTRATANTE.

1.17.13. A inteligência de controle, orquestração e decisão de tráfego (políticas, roteamento, priorização de aplicações e seleção de caminho) deverá permanecer sob domínio do CONTRATANTE ou de solução por ele contratada, vedada qualquer dependência funcional do provedor do link para a operação da arquitetura SD-WAN.

1.17.14. O enlace deverá preservar, de ponta a ponta, as marcações de QoS/DSCP definidas pelo CONTRATANTE, sem reescrita pelo provedor, ressalvadas políticas de segurança formalmente determinadas pelo CONTRATANTE.

1.17.15. O enlace deverá suportar MTU compatível com operação corporativa e com túneis SD-WAN, devendo a CONTRATADA cooperar tecnicamente com ajustes de MTU/MSS quando necessários para eliminar fragmentação indevida e assegurar estabilidade dos túneis.

1.18. Independência de Infraestrutura para Redundância (Backbone e Última Milha)

1.18.1. O enlace deverá, no mínimo, possuir última milha e rota de acesso local distintas do enlace atualmente em uso no mesmo endereço. A Contratada apresentará declaração e evidências técnicas mínimas (AS/operadora do acesso, POP de atendimento e descrição da rota local) para permitir verificação pelo Contratante..

1.18.2. A independência deverá abranger, no mínimo, operadora, rotas de transporte, equipamentos de borda do provedor e infraestrutura de acesso local (última milha), não sendo admitida dependência parcial que introduza ponto único de falha compartilhado com prestadores atuais.

1.18.3. A licitante deverá diligenciar previamente para verificar se não figura como contratada, subcontratada, consorciada ou integrante de grupo econômico que atualmente preste à JFMA serviços de acesso à Internet ou conectividade de mesma natureza, inclusive no que se refere à infraestrutura de última milha utilizada nos contratos vigentes, devendo considerar, para essa verificação, o item “Contratações correlatas e/ou interdependentes” do ETP.

1.18.4. Para fins de comprovação, a licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, Declaração de Independência de Infraestrutura e de Não Vinculação a Contratos Vigentes da JFMA atestando: (i) que não integra o rol de empresas atualmente contratadas para serviços de acesso à Internet ou conectividade de mesma natureza na JFMA; (ii) que a prestação dos serviços, inclusive a última milha, não dependerá técnica, física ou operacionalmente da infraestrutura dessas empresas; e (iii) que eventual utilização de terceiros (quando admitida nos termos deste Termo de Referência) ou de infraestrutura compartilhada que contrarie a independência exigida acarretará a desclassificação da proposta ou, se identificada na execução, as medidas contratuais cabíveis.

1.19. Monitoramento, Observabilidade e Integração com Ferramentas do CONTRATANTE

1.19.1. O enlace deverá permitir monitoramento contínuo, pelo menos, das seguintes métricas: latência, jitter, perda de pacotes, disponibilidade e utilização de banda.

1.19.2. Todos os equipamentos destinados ao funcionamento do serviço, alocados em ambiente da CONTRATADA, deverão ser acessíveis a partir de plataformas de gerenciamento SNMP, localizadas na rede interna do CONTRATANTE, quando aplicável.

1.19.3. Os agentes SNMP instalados nos equipamentos deverão suportar mensagens nas versões v2 e v3, para realização de consultas de objetos da MIB II (RFC 1213) e da host-resources-MIB (RFC 1514), ou equivalentes compatíveis.

1.19.4. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE informará à CONTRATADA os endereços IP dos seus sistemas de gerenciamento da rede (NMS) que deverão estar autorizados a realizar consultas SNMP (get), receber traps SNMP e o nome da comunidade (community string) que deverá ser configurado.

1.19.5. Deverá ser disponibilizada a geração e emissão de relatórios gerenciais periódicos e adicionais sob demanda que permitam o acompanhamento da qualidade dos serviços e a validação das faturas, incluindo histórico de indisponibilidades e eventos, conforme solicitado pelo CONTRATANTE.

1.20. Testes Técnicos de Verificação e Aceite para Integração SD-WAN

1.20.1. A entrega e o aceite técnico do enlace poderão incluir testes de verificação de integração com a arquitetura SD-WAN do CONTRATANTE, sem ônus adicional, com registro em relatório técnico.

1.20.2. Os testes poderão abranger, no mínimo, conectividade ponta a ponta, estabelecimento de túneis, medição de latência/jitter/perda, verificação de múltiplos caminhos e simulações controladas de failover e fallback, quando aplicável.

1.20.3. A CONTRATADA deverá cooperar tecnicamente com a realização dos testes, fornecendo parâmetros, evidências e informações necessárias para validação do serviço.

ANEXO II

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO - JFMA

IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

NÚMERO CONTRATO:	DO		ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº:	
PA Nº			ARP Nº:	
GESTOR CONTRATO:	DO			
FORNECEDOR:				

AUTORIZAMOS A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ABAIXO DISCRIMINADOS MEDIANTE CONDIÇÕES CONSTANTES DO CONTRATO REFERIDO.

DADOS DO ITEM(NS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	LOCAL	CONTATO
XX	XXXXXXXXXXXX	XX	XXXXXXXXXX	(XX).9.XXXX.XXXX
XX	XXXXXXXXXXXX	XX	XXXXXXXXXX	(XX).9.XXXX.XXXX

DATAS E PRAZOS		
ITEM	DATA DE INICIALIZAÇÃO	DATA DE FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CIÊNCIA

DADOS DA AUTORIZAÇÃO

Data da emissão da Ordem de Execução de Serviços: XX/XX/XXXX

Carimbo e assinatura do Gestor

Data de recebimento da Ordem de Execução de Serviços: XX/XX/XXXX

Carimbo e assinatura da CONTRATADA

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

1. OBJETO

1.1. Este termo estabelece condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução deste contrato, de acordo com o que dispõem a Lei 12.527/2011 e os Decretos 7.724/2012 e 7.845/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, bem como o que dispõe a Lei 13.709/2018 sobre a proteção geral de dados.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste Termo, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

2.1.1. INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

2.1.2. INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

2.1.3. CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado.

3.2. Este Termo abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições,

informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas / comerciais relacionadas / resultantes ou não ao Contrato, doravante denominadas INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato.

4. LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste termo não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

4.1.1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA.

4.1.2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente termo.

4.1.3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. A CONTRATADA se compromete a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do contrato, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do contrato.

5.2. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

5.3. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do contrato sobre a existência deste termo, bem como da natureza sigilosa das informações.

5.3.1. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente termo e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

5.4. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

5.5. Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste termo.

5.5.1. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

5.6. A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do contrato.

5.7. A CONTRATADA, na forma disposta no subitem 5.2 acima, também se obriga a:

5.7.1. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas.

5.7.2. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros.

5.7.3. Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação

judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

5.7.4. Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. DURAÇÃO DO SIGILO

6.1. O presente termo tem natureza irrevogável e irretratável, e seus efeitos terão vigência desde a assinatura do contrato até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão da execução do objeto contratado.

7. PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, ensejará a imediata aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da rescisão contratual, quando caracterizada infração grave às obrigações assumidas. Nessa hipótese, a CONTRATADA ficará sujeita à reparação integral dos danos causados ao CONTRATANTE, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, incluindo prejuízos de natureza material, moral e institucional, bem como à apuração de responsabilidades administrativa, civil e penal, conforme o caso, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este termo de confidencialidade é parte integrante e inseparável do contrato.

8.2. Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

8.3. O disposto no presente termo prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

8.4. Ao assinar o contrato, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

8.4.1. O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA.

8.4.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao contrato.

8.4.3. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

8.4.4. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes.

8.4.5. O presente termo somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes.

8.4.6. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste termo, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento.

8.4.7. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas.

Este termo não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si

TERMO DE CIÊNCIA

Contrato Número: *****

Objeto: *****

Gestor do Contrato: *****

Contratante: *****

Contratada: *****

CNPJ:

Preposto da Contratada: *****
CPF: *****

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e das normas de segurança vigentes no CONTRATANTE.

_____, _____ de _____ de 20____.

CIÊNCIA Contratada - Funcionários

(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____
(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____
(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____
(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____
(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____
(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____
(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____
(Nome	e	Matrícula):
_____	_____	_____

John Michael Silva Brito
Integrante Demandante

Rodrigo Feitosa Seguins
Integrante Técnico

João Henrique Melo Gomes

ANEXO II

MODELO

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO (EXIGIDA SOMENTE EM CASO POSITIVO)

(Nome da Empresa) _____, CNPJ n.º _____, sediada (endereço completo) _____, declara, em atendimento ao previsto no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N. 900XX/2026**, sob as penas da Lei, a superveniência dos fatos a seguir elencados, os quais poderão constituir-se em impeditivos da habilitação neste procedimento licitatório.

1. _____;

2. _____;

3. _____

(Especificar outros)

Local e data

nome/ qualificação e
n.º da identidade do declarante

ANEXO III

MODELO

DECLARAÇÃO NEGATIVA REFERENTE AO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07/2005 - CNJ E AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º - CF

(Nome da Empresa) _____, CNPJ n.º _____, sediada (endereço completo) _____, declara, em atendimento ao **disposto no artigo 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça**, que não contratará durante a vigência da avença decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO N. 008/2023** empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de ocupantes de cargo de direção e assessoramento ou de juízes vinculados à Seção Judiciária do Maranhão.

Declara, ainda, em atendimento ao **previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem empregados menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

nome/ qualificação e
n.º da identidade do declarante

ANEXO IV

MODELO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/ Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	Descrição	CATSER	Unidade	Quantidade	Prazo (meses)	Velocidade (Mbps)	Preço estimado unitário (R\$/mês)	Preço estimado Total p/ 24 meses (R\$)
01	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 1 Gbps (gigabit por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Seção Judiciária do Maranhão - Sede (São Luís)	26484	Mensal	01	24	1000	3.250,00	78.000,00
	Serviço de Internet							

02	dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Seção Judiciária do Maranhão - Anexo IV (São Luís)	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Bacabal	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Balsas	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
	Serviço de							

05	Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de							
		26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
06	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Imperatriz							
		26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
ESTIMATIVA DO CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO								273.000,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Justiça Federal do Maranhão.

3.2. A intenção de registro de preços foi realizada com a restrição de participação a 02 (dois) órgãos, nos termos do art. 7, I do Decreto 11462/2023 e 86 da Lei 14133/2021; No entanto, nenhum órgão manifestou interesse.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 É permitida a adesão à ata de registro de preços somente de órgãos da justiça federal, enquanto órgãos não participantes, observados os requisitos da Lei 14133/2021 e Decreto 11462/2023, conforme art. 30 da RESOLUÇÃO CJF N. 842, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023.

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital

de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM DO TR	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTE)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
X								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM DO TR	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTE)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 SERVIÇOS - LICITAÇÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0005636-40.2025.4.01.8007)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO E A EMPRESA
.....

A União, por intermédio da Seção Judiciária do Maranhão, com sede na Avenida Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, na cidade de São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.424.667/0001-35, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Eletrônico SEI nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **serviços de acesso à Internet dedicada por fibra óptica**, com **banda garantida e simétrica**, nas velocidades de **1 Gbps (um gigabit por segundo)** e **500 Mbps (quinhentos megabits por segundo)**, destinados a atender às necessidades de conectividade da **Justiça Federal do Maranhão(JFMA) e de suas Subseções Judiciárias**, pelo prazo inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, admitidas prorrogações sucessivas, nos termos da legislação aplicável, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	Descrição	CATSER	Unidade	Quantidade	Prazo (meses)	Velocidade (Mbps)	Preço estimado unitário (R\$/mês)	Preço estimado Total p/
01	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 1 Gbps (gigabit por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Seção Judiciária do Maranhão - Sede (São Luís)	26484	Mensal	01	24	1000	3.250,00	78.000,00
02	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Seção Judiciária do Maranhão - Anexo IV (São Luís)	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
03	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7,	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00

	por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Bacabal							
04	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Balsas	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
05	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Caxias	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00
06	Serviço de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps (megabits por segundo), simétrico (downstream igual upstream), inclusos instalação e suporte 24x7, por 24 (vinte e quatro meses), na Subseção Judiciária de Caxias	26484	Mensal	01	24	500	1.625,00	39.000,00

e quatro meses), na Subseção Judiciária de Imperatriz									
								ESTIMATIVA DO CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO	273.000,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato para a prestação dos serviços de acesso à Internet dedicada por fibra óptica, com banda simétrica, destinados a compor a infraestrutura de conectividade redundante da JFMA, terá vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, admitida prorrogação na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade e mantidas as condições contratuais.

2.2. Na vigência acima estão inclusos os prazos descritos no Subitem 11.1 - Prazos e Cronograma.

2.3. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.3.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.3.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto deste Termo de Referência.

4.1.1. Poderá ser admitida a contratação de terceiros exclusivamente para atividades acessórias e

instrumentais (ex.: obras civis, lançamento/passagem/certificação de infraestrutura), sem transferência da responsabilidade, da operação, do atendimento e do cumprimento de SLA, que permanecerão integralmente a cargo da CONTRATADA.

4.1.2. Em qualquer hipótese, permanece vedada a subcontratação da operação do enlace, do monitoramento/NMS e do suporte técnico 24x7, bem como qualquer arranjo que contrarie a independência exigida em relação aos contratos vigentes da JFMA.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação para o item 1 é de R\$ 3.250,00, perfazendo o valor total de R\$ 78.000,00.

5.1.1. O valor mensal da contratação para o item 2 é de R\$ 1.625,00, perfazendo o valor total de R\$ 39.000,00.

5.1.2. O valor mensal da contratação para o item 3 é de R\$ 1.625,00, perfazendo o valor total de R\$ 39.000,00.

5.1.3. O valor mensal da contratação para o item 4 é de R\$ 1.625,00, perfazendo o valor total de R\$ 39.000,00.

5.1.4. O valor mensal da contratação para o item 5 é de R\$ 1.625,00, perfazendo o valor total de R\$ 39.000,00.

5.1.5 O valor mensal da contratação para o item 6 é de R\$ 1.625,00, perfazendo o valor total de R\$ 39.000,00.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/01/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ICTI mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto desta contratação, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;
- 8.2. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
- 8.3. Recusar o recebimento do objeto que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA;
- 8.4. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 8.5. O representante da administração deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem em atraso e descumprimento de dispositivos constantes deste Termo, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.
- 8.6. Permitir acesso do pessoal da empresa licitante às dependências a JFMA, nos endereços da execução dos serviços contratados, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os materiais sejam entregues nas dependências da JFMA, descritas no subitem 11.2, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega, entre outros.
- 9.2. Entregar a solução descrita nesse documento respeitando os prazos, conforme Subitem 11.1 - Prazos e Cronograma.
 - 9.2.1. Fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, os equipamentos/serviços, juntamente com todos os itens acessórios de hardware e software necessários à perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, suportes, drivers de controle, manuais e programas de configuração etc.
 - 9.2.2. Proceder à instalação de equipamentos novos de primeiro uso, acondicionados adequadamente em caixas lacradas de forma a propiciar completa segurança durante o transporte, nas localidades indicadas, conforme subitem 11.2.
- 9.3. A CONTRATADA não poderá fornecer equipamentos, componentes e softwares que estejam classificados como end of sale ou end of support, no site do fabricante, na data da entrega da solução.
 - 9.3.1. Caso os equipamentos, componentes e softwares ofertados venham a ser classificados como end of support, durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá fornecer outro, igual ou superior à linha ofertada na proposta e aceita no certame licitatório, atendendo aos requisitos do Edital e seus anexos.
- 9.4. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados à JFMA e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços a ser executados.
- 9.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações.
- 9.6. Respeitar os prazos contratuais máximos de atendimento de chamados técnicos.
- 9.7. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, de todos os dados ou informações do CONTRATANTE ou suas representações obtidas em função da prestação do objeto contratado, além de qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus profissionais nesse sentido.
 - 9.7.1. Apresentar, na assinatura do contrato, o Termo de Compromisso de Confidencialidade de Informações assinado, conforme Anexo III.

9.8. Comprovar que os equipamentos utilizados na solução possuem certificação de conformidade técnica, junto a Anatel, conforme Resolução nº 715/2019.

9.9. Garantir que os serviços de acesso à Internet dedicada, inclusive a infraestrutura de última milha, sejam totalmente independentes da infraestrutura utilizada por outros contratos vigentes da JFMA, de modo a evitar falhas correlacionadas e indisponibilidade simultânea.

9.9.1. A independência deverá abranger, no mínimo: (i) operadora/provedor responsável; (ii) rotas e meios físicos/lógicos de transporte; (iii) backbone/roteamento de provedor; (iv) equipamentos de borda/terminação do provedor; e (v) infraestrutura de acesso local (última milha).

9.9.2. Não será admitida dependência parcial que introduza ponto único de falha compartilhado com prestadores atuais, inclusive por compartilhamento de dutos, postes, fibras, caixas de emenda, OLT/ONU, roteadores, POPs, rotas ou quaisquer elementos críticos equivalentes.

9.10. Apresentar declaração formal, juntamente com a proposta, atestando que os serviços ofertados não possuem dependência técnica, operacional ou física da infraestrutura de outros prestadores atualmente contratados pela JFMA, inclusive quanto à última milha.

9.10.1. A declaração deverá abranger, no mínimo, a inexistência de compartilhamento de ponto único de falha com contratos vigentes, nos termos do subitem 13.9 e do Anexo I.

9.10.2. A identificação de dependência ou compartilhamento vedado implicará desclassificação da proposta; se identificada durante a execução, ensejará a adoção das medidas contratuais cabíveis, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96, 97 e 98 da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no contrato.

11.1.1. Para o serviço de acesso à Internet dedicada simétrico, no percentual de 5% do valor anual do contrato.

11.2. A garantia nas modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021 deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis contados da data inicial da vigência do contrato, excepcionada a hipótese de escolha da modalidade seguro-garantia, que deverá ser prestada anteriormente à assinatura do contrato, como condição para sua celebração.

11.3. O prazo da garantia deverá abranger o período de execução do contrato.

11.4. No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá efetuar o depósito em conta específica e com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

11.5. É obrigação da CONTRATADA fazer constar do documento de garantia, expressamente, sua vinculação a esta cláusula contratual.

11.6. A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação ou alteração, reajustes/repactuações do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação, na hipótese de reajustes/repactuações realizados mediante apostila ao contrato.

11.7. A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

11.7.1. Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo CONTRATANTE, do valor apurado ou fixado conforme cláusulas pertinentes deste contrato.

11.7.2. Cobertura de prejuízos causados ao CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo.

11.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

11.8. Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária (Lei nº 10.406/2002).

11.9. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE visando apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.10. No caso de penalidade imposta pelo CONTRATANTE, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pelo CONTRATANTE, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da CONTRATADA.

11.11. Sancionada a CONTRATADA, caso esta não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita.

11.12. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 17.7.1, 17.7.2 e 17.7.3 desta cláusula, obriga-se a CONTRATADA a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo CONTRATANTE.

11.13. Em caso de alteração do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

11.14. Expirada a vigência do contrato, não havendo pendências contratuais ou quanto à sua execução, após emitido o Termo de Recebimento Definitivo, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para a solicitação da devolução da garantia prestada quando da assinatura da avença.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover o cancelamento da nota de empenho por descumprimento ou cumprimento irregular das condições estabelecidas neste Termo de Referência, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1 a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022. mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: xxxxxxxx

II. Fonte de Recursos: xxxxxxxx

III. Programa de Trabalho: xxxxxxxx

IV. Elemento de Despesa: xxxxxxxx

V. Plano Interno: xxxxxxxx

VI. Nota de Empenho: xxxxxxxx

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Luís/MA, Seção Judiciária do Maranhão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser

compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

São Luís/MA, de de

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS (recomendação da AGU):

1-

2-

ANEXO VI

MODELO

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

A Empresa _____ inscrita no CNPJ N° _____, sediada na _____, Bairro _____, CEP n° _____, declara por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____ CPF N° _____, ter ciência e conhece todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, responsabilizando-se integralmente, também, pela execução dos serviços nas condições descritas no Termo de Referência - Anexo I.

São Luís (MA), xx de _____ de 2022.

(assinatura do vistoriador)
CPF do vistoriador



Documento assinado eletronicamente por **Célia Silva Faria, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 30/04/2026, às 09:25 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25026526** e o código CRC **9B7C1976**.

Atualização: março/2023 (V2)

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Revisado pela SECOM/CEPRE/NUCAF

Av. Senador Vitorino Freire, nº 300 - Bairro Areinha - CEP 65031-900 - São Luís - MA - www.trf1.jus.br/sjma/
0005636-40.2025.4.01.8007

25026526v2